

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE
ANALISTA E TÉCNICO LEGISLATIVO – EDITAL Nº 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

01120 – ANALISTA LEGISLATIVO - JORNALISMO – TIPO B

Frase: Busca por transparência fortalece instituições.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

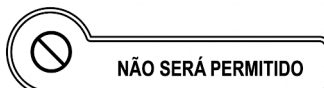
O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **70 (setenta)** questões objetivas; e **2 (duas)** questões discursivas;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado às respostas das questões discursivas.



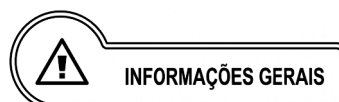
TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e das questões discursivas para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Farmar Aura: Pertencimento e juventude na Era Digital

Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso. Pois bem. A expressão combina um termo usado pelos jogadores ou *gamers* (farmar, vem do verbo em inglês *to farm*, cultivar em uma fazenda, mas nos jogos é usado como sinônimo de acumulação de recursos), somada a uma palavra ligada ao campo do simbólico (aura, ou atmosfera transmitida por alguém), revelando muito mais do que uma simples brincadeira. Ela oferece uma oportunidade para compreendermos como a linguagem se transforma, como os grupos sociais constroem identidades coletivas e como as novas gerações produzem seus próprios códigos culturais.

As gírias podem ser consideradas como sinais de empobrecimento da língua, mas representam um fenômeno complexo e profundamente humano. São manifestações da criatividade linguística, da necessidade de pertencimento e dessa renovação cultural da sociedade. Nas redes digitais, percebe-se o fluxo contínuo de novas palavras, expressões e significados.

Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso. Porque ela não só descreve a realidade, mas participa da sua construção.

O filósofo e teórico russo Mikhail Bakhtin defendia que toda palavra nasce em um contexto social e carrega marcas dos seus interlocutores. Para ele, a linguagem é dialógica, a partir de diferentes vozes, perspectivas e experiências. É necessário compreender quem fala, para quem fala e o contexto da fala. Nenhuma palavra é neutra, todas trazem valores, memórias e significados.

Essa perspectiva nos ajuda a compreender por que as gírias estão sempre surgindo. Elas não são desvios da língua, são criações de novos sentidos para acompanhar os novos tempos e as transformações sociais. Quando jovens utilizam expressões como “farmar aura”, não estão apenas criando uma moda passageira; estão criando um discurso com elementos da cultura digital desse tempo de jogos eletrônicos e das redes sociais; criando expressão que comunicam experiências.

As gírias sempre existiram. Cada geração desenvolveu seu próprio repertório: bacana, legal, maneiro, massa ou irado foram, em algum momento, expressões específicas de grupos e tribos. O que mudou nas últimas décadas foi a velocidade que circulam essas novidades. Antes, uma gíria podia levar anos para se espalhar por uma região ou país, mas atualmente, uma expressão criada no meio virtual pode se difundir em questão de dias.

As plataformas digitais funcionam como laboratórios permanentes de criação linguística. Influenciadores, criadores de conteúdo, jogadores, músicos e usuários comuns produzem diariamente novas palavras que circulam em vídeos, memes, comentários e mensagens instantâneas. As palavras estão vivas, se reinventando a cada geração, ganhando novos significados de acordo com as mudanças culturais e tecnológicas. Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém, e por aí vai. A linguagem contemporânea está rápida e dinâmica, o que reflete a própria velocidade das interações digitais.

Minha compreensão desse fenômeno não vem apenas da leitura de autores que estudam a linguagem. Ela também nasce da convivência cotidiana com meu filho Matias, de 12 anos. Foi por meio dele que ouvi pela primeira vez expressões como “farmar aura” e tantas outras que surgem e desaparecem com rapidez nas redes sociais.

Num primeiro momento, essas expressões podem soar estranhas para quem pertence a outra geração. Porém, ao observá-las mais atentamente, percebi que elas cumprem uma função importante na construção das relações entre os adolescentes. Mais do que palavras, elas representam formas de acolhimento, reconhecimento, pertencimento e compartilhamento de experiências. Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais. Os jovens se identificam entre si, constroem referências comuns e expressam suas vivências nesse mundo conectado virtualmente.

Essa experiência em casa me levou a compreender que, muitas vezes, os adultos podem observar as transformações da linguagem com desconfiança, quando talvez deveriam enxergá-las também como oportunidades para compreender melhor essas novas gerações. Em vez de representar uma ameaça à língua, percebemos que a invenção de novas expressões revela a criatividade e a vitalidade da cultura juvenil.

A linguagem desempenha papel fundamental na adolescência, que é um período marcado pela busca de identidade. Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem. Quando adolescentes utilizam as mesmas gírias, buscam identificação, demonstram familiaridade com um conjunto comum de referências culturais. Funciona como uma espécie de senha simbólica que comunica esse pertencimento a um grupo.

Além disso, as gírias fortalecem vínculos afetivos. Piadas internas, memes e formas específicas de falar criam um sentimento de proximidade que favorece a formação de amizades e comunidades, construindo laços sociais. Entretanto, a linguagem não é apenas um instrumento de integração. Ela também pode produzir distinções e exclusões.

Nesse âmbito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu demonstrou que diferentes formas de falar possuem valores distintos dentro da sociedade. Segundo ele, existe aquilo que chamou de capital linguístico: determinadas maneiras de se expressar são mais

valorizadas socialmente do que outras. Essa reflexão ajuda a compreender por que algumas gírias são celebradas enquanto outras são estigmatizadas. Muitas vezes, os julgamentos sobre a linguagem não estão relacionados à qualidade das palavras em si, mas aos grupos sociais que as utilizam.

Ademais, as próprias gírias podem funcionar como mecanismos de inclusão e exclusão. Ao mesmo tempo que fortalecem o sentimento de pertencimento entre aqueles que compartilham os mesmos códigos, podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece. Assim, a linguagem revela-se um espaço de negociação constante entre identidade, poder e reconhecimento social.

Segundo o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. Segundo Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, as gírias juvenis não devem ser vistas apenas como fenômenos da linguagem, mas como expressões de uma geração que busca interpretar sua realidade e construir formas próprias de comunicação. Ao criar novas palavras, os jovens não estão apenas modificando a língua. Estão também produzindo novas maneiras de compreender suas relações sociais, seus valores e suas experiências no mundo.

As gírias constituem muito mais do que modismos passageiros. Elas revelam processos profundos de transformação cultural, construção de identidade e interação. Expressões como *farmar aura* demonstram como a linguagem acompanha as mudanças tecnológicas e culturais de cada época, incorporando referências dos jogos eletrônicos, das redes sociais e da vida digital. Ao mesmo tempo, mostram como os jovens utilizam a criatividade linguística para fortalecer vínculos, construir pertencimento e expressar novas formas de ver o mundo.

Autores como Bakhtin, Bourdieu e Paulo Freire ajudam a compreender que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.

Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade. Afinal, uma língua viva é aquela que continua sendo criada por seus falantes. E, nesse processo permanente de invenção, cada geração deixa sua marca na história da linguagem.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/farmar-aura-pertencimento-e-juventude-na-era-digital/>. Acesso em: 2 jul. 2026. Adaptado.

1. A respeito da função coesiva que o termo “segundo” desempenha em 1 e em 2 a seguir, marque a alternativa correta.

“**Segundo**¹ o educador brasileiro Paulo Freire, que também oferece contribuições valiosas para essa discussão, aprender a linguagem envolve muito mais do que decodificar palavras. Trata-se de aprender a ler o mundo. **Segundo**² Freire, as palavras ganham sentido a partir da experiência concreta das pessoas. Por isso, toda linguagem está ligada à cultura, à história e às condições de vida dos sujeitos.”

- (A) O termo “segundo” em 1 apresenta função interparagráfica por introduzir a autoridade de Paulo Freire como base argumentativa do texto, enquanto o “segundo” em 2 desempenha função intraparágrafa de retomada anafórica, atuando apenas como recurso de reforço estilístico sem impacto na coesão estrutural do período.
- (B) O termo “segundo” em 1 atua como elemento de coesão intraparágrafa, introduzindo uma moldura enunciativa de autoridade para o enunciado subsequente, enquanto o “segundo” em 2 retoma o mesmo referente no interior do parágrafo, reforçando a coesão interna sem estabelecer conexão interparagráfica relevante.
- (C) O termo “segundo”, em ambos os casos, atua como operador argumentativo de alcance interparagráfico, estabelecendo relação de citação de autoridade que organiza a progressão global do texto, vinculando as informações ao discurso do autor citado e orientando a interpretação de todo o conjunto textual.
- (D) O termo “segundo”, nas duas ocorrências, exerce função exclusivamente referencial, sem valor coesivo, funcionando apenas como marcador de autoria, sem interferir na progressão argumentativa ou na organização sintática do período.
- (E) Os empregos de “segundo” em 1 e em 2 constituem operadores argumentativos de valor interparagráfico, responsáveis por articular blocos textuais distintos e garantir a progressão temática entre parágrafos, funcionando como elementos de retomada e expansão do ponto de vista do autor Paulo Freire.

2. “Ao acompanhar as conversas de Matias e de seus amigos, fica evidente que essas gírias funcionam como marcadores culturais.”

Desempenha a mesma função sintática do termo realçado anteriormente, o trecho destacado em:

- (A) “[...] mas um espaço onde identidades são construídas, relações de poder são negociadas e culturas são continuamente reinventadas.”
- (B) “[...] a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um espaço onde identidades são construídas.”
- (C) “E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”
- (D) “[...] podem gerar estranhamento ou afastamento para quem não os conhece.”
- (E) “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

3. Tendo por base a oração “As gírias sempre existiram”, aponte a alternativa correta, dentre os itens a seguir, acerca da norma-padrão do processo de concordância verbal.

- (A) Há de poderem haver sempre gírias.
- (B) Hão de existir sempre gíria.
- (C) Há de haver sempre gírias.
- (D) Há de existirem sempre gírias.
- (E) Hão de haverem sempre gírias.

4. “Por mais que exista a ideia de que a linguagem seja apenas um instrumento para transmitir informações, diversos estudiosos demonstraram que ela é muito mais do que isso.”

A respeito das relações sintáticas estabelecidas entre as orações do período antecedente, assinale a alternativa correta.

- (A) A oração “que ela é muito mais do que isso” exerce a função de complemento nominal do substantivo **ideia**, enquanto a oração iniciada por **por mais que** exprime condição.
- (B) A oração “para transmitir informações” subordina-se à oração principal, exprimindo a finalidade da ação de **demonstrar**.
- (C) A oração “que ela é muito mais do que isso” subordina-se diretamente à oração concessiva, estabelecendo com ela uma relação de conclusão.
- (D) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” completa o sentido do substantivo **ideia**, integrando a oração concessiva; por sua vez, a oração reduzida “para transmitir informações” exprime a finalidade atribuída ao termo **instrumento** mencionado na oração anterior.
- (E) A oração “de que a linguagem seja apenas um instrumento” subordina-se diretamente à oração principal, exercendo a função de objeto direto do verbo **existir**.

5. “Inundou o espaço entre adolescentes e jovens nas redes sociais: farmar aura. E gerou muitas dúvidas entre os parentes sobre o que seria exatamente isso.”

Acerca da formação do vocábulo farmar, é correto afirmar que:

- (A) O vocábulo farmar resulta de um processo de lexicalização de um empréstimo linguístico, em que uma base inglesa é integrada ao sistema verbal do português por adaptação morfológica, constituindo, assim, um neologismo lexical.
- (B) O vocábulo farmar exemplifica um caso de hibridismo, uma vez que resulta da combinação de elementos pertencentes a línguas distintas na formação de uma única palavra.
- (C) O emprego de farmar caracteriza um processo de siglificação, pois transforma uma unidade lexical estrangeira em uma forma pronunciável e adaptada ao português.
- (D) O vocábulo farmar constitui um neologismo lexical e semântico, pois, além de introduzir uma nova unidade vocabular no português, amplia o significado já existente do radical farm-, adaptando-o ao contexto dos jogos eletrônicos.
- (E) No contexto em que é empregado, farmar exemplifica um caso de braquissmia contextual, pois seu significado é recuperado pela situação comunicativa, correspondendo ao sentido originalmente atribuído ao verbo no inglês.

6. “Em vez de enxergar as gírias como ameaças à língua, talvez seja mais produtivo reconhecê-las como sinais de vitalidade.”

Atente-se à estrutura da palavra vitalidade para indicar o item correto a seguir.

- (A) O fenômeno da alomorfia em *vitalidade* ocorre no radical vit-, que se expande para vital- em razão de interferência morfofonológica condicionada pelo sufixo -idade, caracterizando um ajuste sonoro entre base e afixo na formação do vocábulo.
- (B) O sufixo -idade é um alomorfe de -al, pois ambos atuam na derivação de palavras abstratas, sendo responsáveis pela transposição de substantivos em adjetivos por meio de adaptação fonológica regressiva.
- (C) A palavra *vitalidade* resulta de um processo de aglutinação, no qual ocorre apagamento de segmentos intermediários, por interferência morfofonológica e consequente reorganização do radical lexical.
- (D) A palavra *vitalidade* apresenta estabilidade morfológica na base lexical em relação à raiz vid- e não alomorfia, pois o radical vit- mantém sua forma invariável em todas as derivações do português, como se observa em *vitalismo* e *vitalina*.
- (E) O segmento -al- em *vitalidade* constitui um alomorfe do sufixo -idade, uma vez que ambos exercem a função de derivar substantivos abstratos a partir de bases adjetivais, havendo redução morfofonológica do sufixo em contextos específicos.

7. “Nessa fase, meninos e meninas procuram referências para compreenderem quem são e a qual grupo pertencem.”

Como em “a qual grupo pertencem”, a relação regencial também respeita a norma-padrão na alternativa:

- (A) O cargo que ele mais aspirava acabou sendo ocupado por outro candidato.
- (B) A cidade na qual chegaram estava sem iluminação pública.
- (C) Seus relatos implicam em que circunstâncias tudo ocorreu.
- (D) A moça a cuja mãe me referi foi minha aluna.
- (E) O projeto que mais confiávamos foi arquivado antes da votação.

8. “Cancelar virou rejeitar publicamente alguém; viralizar agora é espalhar um conteúdo rapidamente na internet; stalkear é investigar as redes sociais de alguém.”

Acerca da estrutura sintática das orações do período em voga, marque a alternativa correta.

- (A) As construções “rejeitar publicamente alguém”, “espalhar um conteúdo rapidamente na internet” e “investigar as redes sociais de alguém” exercem função de objeto direto oracional dos verbos “virar” e “ser”, por ter função integrante próprias de complementos.
- (B) Os infinitivos presentes no trecho introduzem orações subordinadas substantivas subjetivas reduzidas de infinitivo.
- (C) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem simultaneamente as funções de sujeito e de predicativo do sujeito, em razão de sua natureza nominal.
- (D) A substantivação do infinitivo impede que ele mantenha propriedades verbais, razão pela qual os termos “alguém”, “um conteúdo” e “as redes sociais de alguém” não exercem função sintática em relação aos infinitivos.
- (E) Os infinitivos “cancelar”, “viralizar” e “stalkear” exercem a função de sujeito das respectivas orações, ao passo que os infinitivos “rejeitar”, “espalhar” e “investigar” são os núcleos das orações reduzidas de infinitivo que exercem a função de predicativo do sujeito.

9. O segmento I destacado abaixo pode ser representado pela seguinte estrutura, acompanhando a lógica sintática: **C = Z N E O**.

I. [...] o educador brasileiro Paulo Freire também oferece contribuições valiosas para essa discussão.

Associando os símbolos empregados, assinale a alternativa que representa corretamente os elementos sintáticos, respectivamente, do segmento destacado no período II a seguir:

II. [...] Resolveram os alunos as questões?

- (A) C = N Z E O.
- (B) C = Z N O E.
- (C) C = N Z O E.
- (D) C = N O Z E.
- (E) C = Z O N E.

10. A partir das funções desempenhadas pelos grupos da sintaxe, indique a alternativa em que esteja corretamente indicado como a estrutura sintática canônica seguinte deve ser representada graficamente.

“[...] gírias fortalecem vínculos afetivos.”

- (A) ◆ ← ● ← ★ ← ◎
- (B) ◎ ← ★ → ● ← ◆
- (C) ★ ← ◎ → ● ← ◆
- (D) ◎ → ★ ← ● ← ◆
- (E) ◎ → ★ → ● ← ◆

Noções de Informática

11. Uma equipe administrativa de um órgão público mantém documentos institucionais armazenados em uma estrutura hierárquica de diretórios compartilhados. Para facilitar o acesso a relatórios frequentemente utilizados, os servidores criam atalhos em diferentes locais do sistema operacional, evitando a duplicação desnecessária de arquivos e reduzindo o consumo de espaço de armazenamento.

A organização adequada de arquivos, pastas e atalhos constitui uma prática essencial para a gestão eficiente da informação em ambientes computacionais. Em sistemas operacionais modernos, a distinção entre o objeto original e os mecanismos de acesso a ele influencia diretamente atividades de armazenamento, movimentação e manutenção de documentos.

Considerando os conceitos de arquivos, diretórios e atalhos em sistemas operacionais Windows e Linux, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada ao uso de atalhos.

- (A) Um atalho corresponde a um arquivo executável autônomo capaz de reconstruir integralmente o conteúdo do recurso associado quando este for removido.
- (B) Um atalho consiste em um elemento de referência que aponta para um objeto existente, permitindo acesso ao recurso sem representar uma cópia integral de seu conteúdo.
- (C) Um atalho corresponde a uma réplica sincronizada do arquivo original, preservando permanentemente os dados mesmo após a exclusão do recurso referenciado.
- (D) Um atalho representa um diretório especial utilizado para armazenar versões históricas de documentos, mantendo independência em relação ao arquivo associado.
- (E) Um atalho constitui um mecanismo de compactação automática que reduz o tamanho do arquivo original sem alterar sua localização lógica no sistema.

12. A transformação digital dos serviços públicos tem ampliado o uso de documentos eletrônicos assinados digitalmente. Em processos administrativos eletrônicos, contratos, pareceres técnicos e despachos podem ser assinados e armazenados digitalmente, reduzindo custos operacionais e aumentando a rastreabilidade dos atos administrativos. Para que tais documentos possuam validade jurídica e técnica, mecanismos criptográficos são empregados para garantir propriedades específicas de segurança da informação. Considerando os conceitos de assinatura digital e os princípios fundamentais da segurança da informação, assinale a alternativa que apresenta corretamente a finalidade técnica proporcionada pelo mecanismo de assinatura digital em um documento eletrônico.

- (A) Eliminar a necessidade de mecanismos complementares de autenticação em sistemas corporativos que utilizem certificados digitais.
- (B) Garantir que o conteúdo permaneça armazenado em ambiente criptografado, independentemente do sistema utilizado para sua transmissão ou arquivamento.
- (C) Possibilitar a verificação da autoria e da integridade do documento, permitindo identificar alterações realizadas após o processo de assinatura.
- (D) Assegurar que somente usuários previamente autorizados consigam visualizar o documento, mesmo quando armazenado em repositórios públicos.
- (E) Impedir a realização de cópias do documento eletrônico por meio da aplicação automática de controles de acesso baseados em certificados.

13. Em processos de inteligência organizacional, planilhas eletrônicas são frequentemente utilizadas para consolidar informações provenientes de múltiplas fontes de dados. No ambiente corporativo e governamental, tornou-se comum a importação de conjuntos de dados externos, seguida de operações de transformação, classificação, filtragem e análise automatizada. As versões mais recentes do Microsoft Excel incorporam recursos capazes de estabelecer conexões com arquivos, bancos de dados, páginas web e outros repositórios, permitindo a atualização periódica das informações sem necessidade de redigitação manual.

Considerando os recursos de obtenção e tratamento de dados disponíveis no Microsoft Excel M365, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica relacionada à importação de dados externos para uma planilha.

- (A) A classificação de registros importados somente pode ser realizada após a conversão integral dos dados em tabelas dinâmicas vinculadas à fonte original.
- (B) A importação de dados externos converte automaticamente todas as informações obtidas em valores estáticos, impossibilitando qualquer atualização posterior da origem consultada.
- (C) A obtenção de dados externos exige que todas as informações sejam previamente convertidas para o formato XLSX, independentemente da tecnologia utilizada na origem.
- (D) A atualização de dados provenientes de fontes externas depende exclusivamente da execução de macros VBA, não podendo ser realizada por recursos nativos da plataforma.
- (E) A conexão com fontes externas permite recuperar dados periodicamente a partir da origem configurada, preservando regras de transformação definidas durante o processo de importação.

14. A utilização de serviços digitais no setor público e privado depende do funcionamento integrado de diversos protocolos da Internet. Embora o usuário normalmente interaja apenas com navegadores e páginas web, existe uma infraestrutura lógica responsável pela localização de recursos, estabelecimento de conexões e transferência segura de informações entre dispositivos distribuídos em diferentes redes.

Durante o acesso a um portal institucional por meio do endereço eletrônico <https://www.exemplo.gov.br>, diferentes componentes participam do processo de localização e disponibilização do conteúdo solicitado ao usuário. Considerando os conceitos de URL, protocolos e serviços da Internet, assinale a alternativa que apresenta corretamente a função associada a um desses componentes.

- (A) O hiperlink representa um protocolo de comunicação responsável pelo transporte dos dados entre dispositivos conectados à Internet.
- (B) O domínio presente no endereço eletrônico corresponde ao mecanismo responsável por criptografar os dados transmitidos entre o navegador e o servidor remoto.
- (C) O protocolo HTTPS atua como um serviço de resolução de nomes, convertendo automaticamente domínios da Internet em endereços físicos de armazenamento.
- (D) A URL identifica um recurso disponível na rede e pode incluir informações como protocolo de acesso, domínio e localização específica do conteúdo solicitado.
- (E) O navegador substitui integralmente os serviços de rede durante a navegação, assumindo as funções de resolução de nomes e hospedagem das páginas acessadas.

15. A adoção de soluções baseadas em inteligência artificial tem se expandido em órgãos públicos de diferentes esferas governamentais. Ferramentas capazes de gerar textos, resumir documentos, apoiar pesquisas e auxiliar na análise de informações vêm sendo utilizadas para aumentar a produtividade e apoiar atividades administrativas. Nesse contexto, a qualidade dos resultados produzidos por sistemas de IA generativa está diretamente relacionada à forma como as instruções são fornecidas ao modelo.

Considerando os conceitos básicos de inteligência artificial generativa e as técnicas de elaboração de prompts, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma característica associada à construção de instruções eficazes para obtenção de respostas mais aderentes ao objetivo pretendido.

- (A) A definição clara do contexto, da tarefa esperada e do formato desejado para a resposta tende a aumentar a precisão dos resultados produzidos pelo sistema.
- (B) A utilização exclusiva de comandos extremamente curtos reduz a necessidade de interpretação do sistema e garante uniformidade dos resultados produzidos.
- (C) A repetição sucessiva da mesma instrução substitui a necessidade de detalhamento dos requisitos e assegura respostas equivalentes em diferentes cenários.
- (D) A formulação de solicitações genéricas elimina ambiguidades de interpretação e favorece a produção de conteúdos especializados e contextualizados.
- (E) A especificação de restrições e critérios de saída reduz a capacidade de processamento do modelo e compromete a qualidade das respostas geradas.

Legislação e Ética no Serviço Público

16. Aduz o Código de Ética e Conduta dos Servidores da ALECE (Resolução nº 783/2026) que a designação ou nomeação de servidores para funções essenciais à gestão de contratações, tais como agente de contratação, equipes de apoio, gestor e fiscal de contratos, fica condicionada à verificação prévia de integridade e de impedimentos legais. A verificação abrangerá, no mínimo:

- (A) Declaração prévia e individual do servidor, antes de integrar equipe de planejamento, comissão, subcomissão, equipe de apoio, pregoeira, gestão ou fiscalização contratual, quanto à inexistência de impedimento ou à existência de vínculos referidos; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (B) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física dos últimos cinco exercícios fiscais; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (C) Certidão de cruzamento de informações, com auxílio do Departamento de Gestão de Pessoas, da Central de Contratações e do Departamento de Administração, com cadastros de fornecedores e registros de contratações da Assembleia, a fim de identificar recorrência de relações com potenciais impactos na imparcialidade; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (D) Apresentação, pelo indicado, de declaração de inexistência de impedimentos administrativos, cíveis, eleitorais e penais, incluindo inexistência de condenação por ato de improbidade administrativa; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.
- (E) Autorização da Comissão Permanente de Ética e Inquérito Administrativo e do Departamento de Gestão de Pessoas, quando houver indícios de conflito de interesses ou descumprimento de dever de declaração; dentre outras enumeradas no art. 18 da Resolução nº 783/2026.

17. Ensina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que a garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento, define corretamente o conceito de:

- (A) Livre acesso.
- (B) Transparência.
- (C) Responsabilização.
- (D) Integridade.
- (E) Qualidade dos dados.

18. Nas lições da Lei Estadual nº 9.826/1974 e suas alterações (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará), o estágio probatório é o triênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público. Sobre o tema, assinala-se corretamente apenas o que se afirma em:

- (A) O estágio probatório independe do processo seletivo, devendo ser obrigatoriamente supervisionado pela Comissão específica.
- (B) Durante o estágio probatório, os cursos de treinamento para aperfeiçoamento do servidor, promovidos pela Administração, serão de participação voluntária, sempre que forem realizados fora do horário regular de serviço.
- (C) Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- (D) A avaliação especial de desempenho do servidor será realizada ordinariamente, diante da ocorrência de algum fato dela motivador.
- (E) O servidor em estágio probatório fará jus à ascensão funcional.

19. Resolve a Resolução nº 751/2022 que são atribuições do primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, as corretamente enumeradas apenas em:

- (A) Convocar os suplentes de deputados nos casos de licença ou de vaga; fazer reiterar os pedidos de informações, na forma do Regimento; dentre outras.
- (B) Decidir, em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria-Geral; colaborar na execução do Regimento Interno; dentre outros.
- (C) Fazer a leitura da matéria constante da Ordem do Dia; organizar o livro de assentamento das discussões e votações das proposições em curso e, sobre elas, quando solicitado, prestar informações aos deputados; dentre outras.
- (D) Superintender os setores de Relações Públicas, Cerimonial e Transportes do Poder Legislativo; receber o deputado que venha prestar compromisso; dentre outras.
- (E) Dirigir a atividade de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública na área de segurança da Assembleia Legislativa; substituir o vice-presidente em seus impedimentos e suas ausências; dentre outras.

20. Aduz a Lei Estadual nº 17.091/2019 e alterações (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da ALECE) que a gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, será atribuída por Ato da Mesa Diretora aos servidores em efetivo exercício dos cargos/funções em atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, nas unidades da estrutura organizacional do Poder Legislativo, conforme regulado em Ato Normativo. Sobre o tema, está correto apenas o contido em:

- (A) A gratificação por execução de trabalho em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, integrará a base de contribuição previdenciária e será incorporada aos proventos da aposentadoria, desde que seja comprovado o efetivo exercício do servidor em atividades insalubres e/ou preclusas, por período de 5 (cinco) anos ininterruptos ou 10 (dez) anos intercalados, em caso de utilização das regras de transição para a aposentadoria.
- (B) A gratificação por execução de trabalhos em condições especiais, inclusive com risco de vida e saúde, corresponderá a 15% (quinze por cento), calculada sobre o vencimento base do servidor e será concedida a partir da publicação do Ato concessivo expedido pela Mesa Diretora, com efeitos financeiros a partir da data de protocolo do requerimento.
- (C) Somente poderão ser designados novos servidores para lotação em unidades da estrutura organizacional que possuam atividades insalubres e/ou perigosas, inclusive com risco de vida ou saúde, mediante voluntariedade do servidor.
- (D) O valor da gratificação de que trata o Regimento dependerá do grau de complexidade das atribuições, conforme os níveis e padrões estabelecidos legalmente.
- (E) O servidor que percebe a gratificação de que trata o Regimento perderá o direito à sua percepção quando afastado das suas funções na unidade administrativa e/ou da atividade considerada insalubre ou preclusa, incluindo-se os casos de aposentadoria, férias e licença para tratamento de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A teoria hipodérmica, abordagem presente no XX, se encarregava de evidenciar a onipotência dos *mass media* e da sociedade e a vulnerabilidade dos indivíduos. A hipodérmica mostra que a informação atinge todo o corpo social e, por isso, é também conhecida pela teoria:

- (A) da sociedade.
- (B) heterodoxa.
- (C) da seringa.
- (D) da psicanálise.
- (E) crítica.

22. A agenda setting não elimina as relações interpessoais, que não geram temas, pois vivem e se nutrem daquilo que é difundido pelos *mass media*. Na perspectiva dessa teoria, observa-se:

- (A) o cultivo do pseudoindividualismo.
- (B) uma sociologia cognitiva.
- (C) o desenvolvimento da razão.
- (D) a liberdade humana.
- (E) a razão instrumental.

23. Os meios de comunicação como extensões do homem são um campo de estudos explorado na década dos 90. Anteriormente, o conhecimento era visto apenas em sua dimensão visual, época conhecida como:

- (A) das relações virtuais.
- (B) as mutações em educação.
- (C) a interdependência eletrônica.
- (D) a revolução na comunicação.
- (E) a galáxia de Gutemberg.

24. A comunicação pública ganhou relevância após a redemocratização do País, sendo considerado como marco histórico a primeira eleição direta em 1989 e o fim do regime militar. Até então, a comunicação era identificada como:

- (A) institucional.
- (B) de poderes constituídos.
- (C) dos estados de direito.
- (D) governamental.
- (E) democrática.

25. Os princípios da comunicação pública trazem 12 pontos e formam o conjunto de premissas que assumem a perspectiva cidadã na comunicação, envolvendo temas de interesse coletivo. Entre os pontos, está:

- (A) tratar a comunicação como política de estado.
- (B) a garantia da personalidade.
- (C) ser inclusivo e singular.
- (D) fomentar as denúncias aos deferentes órgãos.
- (E) restringir o acesso à informação.

26. A regulamentação do Direito de Acesso à Informação Pública e dos princípios de atuação da administração pública, chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI), ocorreu pela lei de número:

- (A) 14.133/2021.
- (B) 70.274/1972.
- (C) 5.700/1971.
- (D) 12.527/2011.
- (E) 5.250/1967.

27. A publicidade do poder público requer profissionais de comunicação eficientes, a fim de que a sociedade seja informada. As instruções normativas sobre publicidade classificam e definem a ação de comunicação em quatro tipos:

- (A) de oportunidades, legal, persuasão e de serviços.
- (B) de influência, persuasão, produto e legal.
- (C) de utilidade pública, comparativa, legal e de serviços.
- (D) institucional, persuasão, produto e mercadológica.
- (E) de utilidade pública, institucional, mercadológica e legal.

28. A comunicação em organizações visa a transmissão de informações e o estabelecimento do diálogo. Na prática do ato comunicacional, envolvendo duas ou mais partes, são necessários alguns elementos:

- (A) emissor, mensagem, meio, ruído, receptor e retroação.
- (B) mensagem, receptor, feedback, canal, emissor e ruído.
- (C) emissor, transmissor, mensagem, meio, receptor e retroação.
- (D) emissor, receptor, ruído, transmissor, planejamento e meio.
- (E) transmissor, emissor, resposta, receptor, canal e ruído.

29. São tipos de comunicação organizacional:

- (A) descendente, ascendente, horizontal, transversal e circular.
- (B) descendente, ascendente, cinésica, verbal e escrita.
- (C) verbal, escrita, proxêmica, cinésica e adaptadora.
- (D) verbal, escrita, assertiva, não-violenta e adaptadora.
- (E) descendente, ascendente, proxêmica, verbal e não-violenta.

30. A representatividade das pesquisas de opinião pública tem critérios de amostragem e de esforço do cidadão em expressar suas opiniões e preferências. Os objetivos das pesquisas conduzidas pelos governos seguem cinco princípios:

- (A) organizar grupos de foco, ter indicadores governamentais, descrever os prejuízos, fazer escuta e gramificar temas.
- (B) criar inquéritos, organizar grupos de foco, realizar consultas públicas, fazer escuta e gramificar temas.
- (C) criar inquéritos, descrever os prejuízos, ter representatividade amostral, analisar hashtags e fazer escuta.
- (D) aprimorar *accountability*, *responsiveness*, descrever os prejuízos, analisar hashtags e fazer escuta.
- (E) ter indicadores governamentais, um sistema democrático, governantes legitimados, formação de julgamentos e limitação dos recursos cognitivos.

31. Em situações de crise, quando os jornalistas se tornam mais investigativos e agressivos, procedimentos cuidadosos devem ser adotados, como, por exemplo:

- (A) escolher o local onde será realizada a entrevista, sem antecipar o assunto que vai ser tratado na coletiva.
- (B) não fugir da imprensa, se antecipando à própria iniciativa da imprensa em descobrir o que ocorreu.
- (C) fazer um completo levantamento da situação, preparar dados e divulgar todas as informações.
- (D) preparar um texto informativo descrevendo o fato ocorrido e limitar a fala do gestor sobre as providências que estão sendo tomadas.
- (E) usar palavras alarmistas, visando ampliar o efeito negativo da ocorrência.

32. A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Não faz distinção e protege todos os autores de obras intelectuais. Desde que comprovada a autoria, cabe ao assessor de imprensa definir como obra intelectual:

- (A) conceitos, planos, atos mentais, jogos e negócios.
- (B) ideias, métodos, projetos matemáticos e textos de leis.
- (C) texto, imagem, projetos, produtos e campanhas.
- (D) leis, métodos, tratados, decisões judiciais e regulamentares.
- (E) ideias, calendários, cadastros ou nomes isolados e agendas.

33. A comunicação pública está relacionada às práticas de boa governança, à promoção da cidadania, aos princípios da transparência e ao direito fundamental de acesso à informação, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Na comunicação pública, observa-se três vertentes:

- (A) a organizacional, científica e governamental.
- (B) a organizacional, mercadológica e estratégica.
- (C) a científica, estratégica e relacional.
- (D) a científica, governamental e da cidadania.
- (E) a organizacional, inclusiva e estratégica.

34. A comunicação direta da administração pública para com os cidadãos dá o direito, a cada brasileiro, de exigir dos governos de todas as esferas quatro pontos fundamentais:

- (A) canais, acesso, licitações e transparência.
- (B) canais, meios, acesso e transparência.
- (C) decisões do judiciário, licitações, acesso e ouvidoria.
- (D) transparência, decisões executivas, canais e ouvidoria social.
- (E) transparência, acesso, interação e ouvidoria social.

35. Durante as entrevistas coletivas e em contatos com jornalistas e repórteres, é desejável seguir algumas recomendações:

- (A) seja transparente em responder perguntas contundentes e embaraçosas.
- (B) forneça informações e presentes; repórteres gostam de notícias e mordomias.
- (C) responda ao perguntado com jargões técnicos.
- (D) fale somente sobre os assuntos do seu nível de competência.
- (E) abra os segredos da organização, pois eles perdem sentido em momentos de crises.

36. A Lei nº 13.188/15 disciplina o exercício do direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada ou publicada por veículo de comunicação social. A contar da data de cada divulgação, mediante correspondência com aviso de recebimento, encaminhada diretamente ao veículo de comunicação social, o prazo decadencial de retratação ou retificação espontânea é de:

- (A) 120 dias.
- (B) 90 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 60 dias.

37. O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao Código de Ética. Enquanto responsabilidade, é dever do jornalista:

- (A) opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (B) divulgar os fatos e as informações de interesse da organização.
- (C) impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de ideias.
- (D) entender a liberdade de pensamento e de expressão, usando-a de forma intermitente.
- (E) assumir a responsabilidade por publicações, imagens e textos mesmo que não tenha participado da produção.

38. O jornalismo da EBC não registra imagens e não veicula narrativas sobre uma pessoa dentro de um lugar privado sem o seu consentimento, mesmo as que exercem atividades públicas. Submetendo-se à legislação brasileira, a respeito do tema, são permitidas:

- (A) imagens e fotos relativas a uma denúncia, as quais podem ser divulgadas, sendo ou não os fatos consolidados como notícia.
- (B) imagens e fotos em locais públicos e que a pessoa focalizada não esteja numa situação abrangida pela privacidade.
- (C) imagens e fotos usadas deliberadamente aos fatos, para manter a privacidade do indivíduo.
- (D) na necessidade de informação, as imagens de pessoas falecidas, tendo ou não exercido o serviço público.
- (E) o jornalismo da EBC observa que, quando uma pessoa aceita responder às perguntas da reportagem, não pode ser identificada.

39. As causas de morte por suicídio só serão noticiadas caso a significação e relevância do fato ultrapassem o âmbito privado. Outras abordagens são aceitas quando reportam o tema sob a perspectiva de saúde pública, conforme preconiza:

- (A) a Associação Brasileira de Psiquiatria.
- (B) a Empresa Brasil de Comunicação.
- (C) a Organização Mundial da Saúde.
- (D) a Federação Nacional dos Jornalistas.
- (E) a Associação Brasileira dos Jornalistas.

40. O Código de Ética do Jornalista, de 1987, fixa as normas a que o profissional deve se subordinar nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação e com os demais jornalistas. Em relação ao direito à informação, assinale a alternativa correta.

- (A) A obstrução direta ou indireta, a restrita divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são delitos contra o poder público.
- (B) A divulgação de informação pode ser realizada por membros da administração pública ou privada, independente da natureza de sua propriedade.
- (C) A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pelos fatos e terá por finalidade o interesse da administração pública.
- (D) O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse.
- (E) A prestação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

41. A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012, com a criação de mecanismos que possibilitem ao cidadão, sem a necessidade de apresentar motivos, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A lei vale para:

- (A) as Forças Armadas, os Tribunais de Contas e os três Poderes da União.
- (B) os três Poderes da União, as Forças Armadas e as Câmaras dos vereadores.
- (C) os três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Tribunais de Contas e o Ministério Público.
- (D) os três Poderes da União, Estados e Distrito Federal e as Forças Armadas.
- (E) os Tribunais de Contas, o Ministério Público e as Forças Armadas.

42. A Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas é também aplicada às entidades privada sem fins lucrativos. Elas são obrigadas a:

- (A) publicar informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos.
- (B) manter o CEBAS para garantir a imunidade tributária e as isenções obrigatórias.
- (C) evitar a cassação de entidade sem fins lucrativos, mantendo os cadastros atualizados.
- (D) cumprir rigorosamente com as contrapartidas propostas e inerentes à área de atuação.
- (E) manter o estatuto social da entidade alinhado com as exigências da Lei Complementar nº 187/2021.

43. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD abarca qualquer informação que possibilite tornar identificável uma pessoa física. Eles vão além do número de CPF e RG, pois contemplam, também, os dados de caráter subjetivo como:

- (A) aqueles coletados por agentes de tratamento brasileiros e de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência.
- (B) formação de perfil comportamental de uma pessoa, quando dificulta a identificação, ainda serão considerados dados pessoais.
- (C) financeiros, dados de hábitos de consumo, características físicas, registros de históricos de saúde e identificadores eletrônicos.
- (D) os coletados de uma pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- (E) os de fins exclusivos de segurança nacional, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais.

44. Um dado pessoal publicado em um portal de transparência não deixa de ser um dado pessoal e a LGPD estabelece a gestão do consentimento para evitar uso indevido de informações, pois o fato de estar disponível não transforma o que é pessoal em público. A LGPD faz divisões no conjunto de dados pessoais e os classifica por categorias. Este dado é chamado de:

- (A) essencial.
- (B) anonimizado.
- (C) pseudonimizado.
- (D) sensível.
- (E) não essencial.

45. Existem vários tipos de papel, classificados conforme o uso e a gramatura. As variações mais comuns estão entre o papel sulfite e os mais específicos, que se apresentam como brilhante e fosco, este chamado de:

- (A) pólen.
- (B) cartolina.
- (C) autoadesivo.
- (D) couchê.
- (E) cartão supremo.

46. A diagramação é a prática de criação de um leiaute em que aparecem devidamente calculados todos os elementos, como textos, fotos, ilustrações etc. que compõem o material a ser impresso. Em relação aos elementos textuais, o uso da diagramação busca assegurar:

- (A) padronização, dimensionamento, proporcionalidade, inteligibilidade e riqueza.
- (B) legibilidade, hierarquização, proporcionalidade, inteligibilidade e configuração de composição.
- (C) identidade, riqueza, articulação, padronização, dimensionamento e assimetria radical.
- (D) articulação, hierarquização, padronização, inteligibilidade e configuração de composição.
- (E) dimensionamento, hierarquização, proporcionalidade, inteligibilidade e assimetria radical.

47. No sistema de impressão gráfica, a margem de segurança extra que serve para expandir o fundo da imagem, garantindo cortes indesejados caso a guilhotina sofra pequenas variações durante o refil, é o(a):

- (A) paleta.
- (B) dobra.
- (C) relevo.
- (D) vinco.
- (E) sangria.

48. O sistema de cores RGB é utilizado para internet, multimídia, filmes etc. cuja visualização é por um monitor. Não é um sistema de cores aplicável à impressão, portanto, todas as cores para mídia impressa devem estar convertidas para:

- (A) DCS2.
- (B) PFB.
- (C) CMYK.
- (D) PFM.
- (E) CNFB.

49. O script ou a lauda utilizada na produção do telejornalismo possui, na parte superior da página, uma espécie de cabeçalho, usado para identificar:

- (A) a edição, a data, as regras e o editor.
- (B) a estruturação, as regras, as técnicas e o repórter.
- (C) a produção publicitária, a data, o repórter e o editor.
- (D) o telejornal, a data, o editor, o repórter ou o redator.
- (E) o roteiro, as regras, a data e o editor.

50. O jornalismo é uma das formas de defesa dos direitos fundamentais do homem. Ele pressupõe a proteção de direitos básicos do indivíduo. Dividido em três gerações, a terceira tem como preceito fundamental:

- (A) todos são iguais perante a lei.
- (B) o exercício pleno da profissão.
- (C) a audiência dos vários lados do fato.
- (D) a natureza está consubstanciada à responsabilidade social.
- (E) o jornalismo institui valores e segurança às organizações.

51. A classificação dos podcasts tem início no próprio desenvolvimento do formato, em meados dos anos 2000. São diferentes modelos e formatos de podcast, como os modelos metáfora, editado, registro ou audioblogs. Existe uma taxonomia que considera seis dimensões diferentes para classificar os podcasts. Marque a alternativa que apresenta essas seis dimensões.

- (A) Divulgar, motivar, incentivar, desafiar, refletir e analisar.
- (B) Áudio, vídeo, imagens fixas, locução, ecrã e computador.
- (C) Vodcasts, vidcasts, videocasts, screencasts, enhanced e audioblogs.
- (D) Informar, resumir, sintetizar, apresentar, expor e participar.
- (E) Tipo, formato, autor, estilo, duração e finalidade.

52. O Capítulo V da Constituição Federal trata da Comunicação Social, da manifestação do pensamento, criação, expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, que não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto do documento. Portanto, é vedada toda e qualquer:

- (A) censura de natureza política, ideológica e artística.
- (B) regulação às diversões e aos espetáculos públicos.
- (C) propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos.
- (D) publicação de veículo impresso de comunicação.
- (E) preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

53. A chegada da internet revolucionou o campo do jornalismo, alterando a forma como as notícias são produzidas, distribuídas e consumidas. Nesse contexto, três aspectos-chave emergiram, redefinindo a carreira de jornalista. São eles:

- (A) produção ágil e multimídia, circulação em meios digitais, posição vertical da informação e veracidade.
- (B) conteúdo como negócio, a integração para produção ágil e a posição vertical da informação.
- (C) reprodução de conteúdo, o conjunto de departamentos integrados, desafios da credibilidade e veracidade.
- (D) produção ágil e multimídia, o poder da personalização e audiência e os desafios da credibilidade e veracidade.
- (E) comercialização de publicidade, produção da multimídia, reprodução e integração.

54. A troca discursiva entre os usuários das redes sociais online pode colaborar para o aumento das competências sociais, da interação e da comunicação em rede, além de:

- (A) oferecer um substrato das formas de serviços não confiáveis, direcionadas e conversacionais.
- (B) proporcionar o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção de conhecimentos.
- (C) garantir o anonimato dos sujeitos e o aumento do sentimento de isolamento.
- (D) afastar o receio de crítica, diminuindo o fortalecimento de integração e respeito aos demais.
- (E) proporcionar o anonimato dos sujeitos, o fortalecimento de isolamentos e o respeito aos internautas.

55. Os seres se tornam humanos a partir das interações sociais, a começar pelo âmbito familiar. As relações humanas perpassam pelo reconhecimento do outro e de suas formas de interação e no desenvolvimento de:

- (A) empatia, inteligência emocional, reciprocidade, complementaridade e conflito.
- (B) semelhanças, diferenças, reciprocidade, complementaridade e conflito.
- (C) habilidade social, empatia, inteligência emocional e interpessoal.
- (D) poderes, autorrevelação, privacidade, percepção interpessoal e satisfação.
- (E) compromissos, mudanças, empatia, características individuais e influências sociais.

56. O conflito existe nas relações humanas e é definido como um fenômeno social e parte essencial para a transformação social. Pode ser desencadeado por eventos relacionados às tarefas ou à vida social, e são classificados como:

- (A) etnocentrismo, diferenças e mudanças.
- (B) intrapessoal, interpessoal e organizacional.
- (C) diferenças, mudanças e falhas.
- (D) estratégias, mudanças e etnocentrismo.
- (E) estresse, conflito latente e experienciado.

57. Os princípios constitucionais (Art. 37 da CF/88) traz os cinco pilares fundamentais à conduta do servidor público no Brasil. São eles:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) transparência, conflito, interesses, sigilo e eficiência.
- (C) ilusão, transparência, sigilo, interesses e eficiência.
- (D) atendimento, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) legalidade, transparência, impessoalidade, interesses e eficiência.

58. O decreto nº 1.171/94, que estabelece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tem como regras deontológicas:

- (A) dignidade, decoro, amizades, tempo, posição e influências do meio social.
- (B) função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências ao meio social.
- (C) dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais.
- (D) artifícios, procrastinação, zelo, eficácia e o exercício regular de direito por pessoa.
- (E) informações, decoro, zelo, benefícios e consciência dos princípios morais.

59. O papel da Assessoria de Comunicação é fazer a ponte entre população e Órgão, e entre Órgão e imprensa. Com as divulgações, o profissional obedece aos deveres de:

- (A) esclarecer situações e manter relações com a imprensa.
- (B) atender demandas da imprensa e prestar contas.
- (C) antecipar crises e instaurar soluções.
- (D) divulgar notas a respeito da organização.
- (E) transparência e de prestação de contas.

60. A Lei Estadual nº 18.246/22 institui a política estadual de linguagem simples nos órgãos e nas entidades da administração direta e indireta no âmbito da Administração Pública. Para fins desta lei, os órgãos do estado serão incentivados a:

- (A) integrar as alterações da linguagem pública aos documentos com efeitos legais.
- (B) estimular a gestão pública a manter a cultura da comunicação.
- (C) priorizar o foco na linguagem dos órgãos da gestão pública.
- (D) participar de redes e instituições conectadas ao tema da linguagem simples.
- (E) elaborar técnicas específicas da linguagem pública e do direito visual.

61. A redação oficial é elaborada sempre em nome do serviço público, e é voltada ao atendimento dos cidadãos. Os expedientes oficiais são tratados com impessoalidade, e ela decorre de princípio constitucional e seu significado remete a dois aspectos:

- (A) do caráter pessoal do assunto tratado e no universo temático das comunicações oficiais.
- (B) a comunicação é sempre feita em nome do servidor público e cada setor da administração pública possui um modelo específico.
- (C) ela pode ser dirigida a um cidadão, concebido como privado, ou a outro órgão privado.
- (D) a obrigatoriedade de ser do interesse público e a abstração da pessoalidade dos atos administrativos.
- (E) destinada a um destinatário heterogêneo e pessoal.

62. O emprego dos pronomes de tratamento adota a segunda pessoa do plural, de maneira indireta, para referenciar atributos da pessoa à qual se dirige. Na redação oficial, é necessário atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos:

- (A) nas gradações da diplomacia, na hierarquia e no vocativo.
- (B) na identificação do signatário, no endereçamento e no vocativo.
- (C) no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto.
- (D) nas atribuições de cargo, no substituto e no corpo do texto.
- (E) nos cargos formados, no vocativo e no corpo do texto.

63. Nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 2001, para que o e-mail tenha valor documental, e possa ser aceito como documento original, é necessário existir certificação digital, segundo os parâmetros de:

- (A) integridade, autenticidade e validade jurídica.
- (B) ética, justiça e identidade do remetente.
- (C) unidade, órgão expedidor e autenticidade.
- (D) certificação digital, unidade e identidade do remetente.
- (E) destinatário, unidade e identidade do remetente.

64. A educação para as mídias dialoga e colabora diretamente para o desenvolvimento de, pelo menos, três competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. São elas:

- (A) pensamento científico, crítico e criativo, comunicação e conhecimentos práticos.
- (B) conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo e a comunicação.
- (C) conhecimento, pensamento científico e crítico, habilidades e atitudes.
- (D) conhecimentos práticos e mensuráveis, pensamento científico e comunicação.
- (E) competências estratégicas, pensamento científico, habilidades e atitudes.

65. A Aliança Internacional de Checagem de Fatos (IFCN) criou um programa de respostas automáticas para ajudar a verificar notícias falsas. Assinale a opção que apresenta corretamente esse programa.

- (A) Fact-checking.
- (B) Canaltech.
- (C) Mobile time.
- (D) TecMundo.
- (E) Chatbot.

66. Os gêneros jornalísticos são um sistema de organização do trabalho e de codificação das mensagens, a partir das formas de expressão adotadas e refletindo o consenso corporativo. Pertencem ao panorama dos gêneros jornalísticos e de suas funções para suprir a “necessidade social”:

- (A) vigilância social, fórum de ideias, papel educativo, distração e auxílio às tomadas de decisões.
- (B) identidade coletiva, reconhecimento de consumidores, função explícita, relação da identidade e compartilhamento de forma e conteúdo.
- (C) permanência da identidade, fórum de ideias, papel educativo, parâmetros consensuais e preservar padrões culturais.
- (D) estrutura narrativa, fórum de ideias, ordenamento sequencial, estereótipos e repertório.
- (E) artifícios instrumentais, conteúdos consistentes e eficazes, expectativas da audiência, vigilância social e preservação dos padrões culturais.

67. Linguagem e leitura fáceis constituem uma técnica de acessibilidade a pessoas com dificuldades de compreensão de leitura. Elas podem ter origem em problemas de saúde, como deficiências intelectuais e neurodivergências e a falta de fluência no idioma. É uma das diretrizes da leitura fácil que não se aplicam à linguagem simples:

- (A) usar neologismos.
- (B) evitar o texto em estrofes.
- (C) usar o modo subjuntivo.
- (D) redigir frases em caixa alta.
- (E) adotar o uso de metáforas.

68. O Art. 2º da Lei nº 15.263/25 está instituída na Política Nacional de Linguagem Simples, a ser observada pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, com os seguintes objetivos:

- (A) fazer com que a transparência seja ativa pelos meios digitais e o acesso à informação pública de forma clara.
- (B) garantir o uso pela administração pública da linguagem coloquial em sua comunicação com o cidadão.
- (C) intensificar a necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão.
- (D) dividir os custos administrativos, multiplicando pelo tempo gasto com atividades de atendimento ao cidadão.
- (E) possibilitar que os cidadãos consigam encontrar, entender e usar as informações publicadas pelos órgãos e entidades da administração pública.

69. O jornalismo institucional é uma vertente da comunicação social focada na disseminação de informações de interesse de organizações. Ele utiliza técnicas jornalísticas para:

- (A) dialogar com as massas para promover valores, produtos e ações de marca própria ou órgão que o financia.
- (B) veicular informativos públicos, para promover o endomarketing, a cultura organizacional e o alinhamento de metas.
- (C) disseminar informações e comunicados de imprensa, voltados a gestão de crises e publicar relatórios anuais.
- (D) Informar ao cidadão e à comunidade sobre ações, serviços e investimentos de forma clara e acessível.
- (E) dialogar com estratégias públicas, fortalecendo a identidade, a confiança e a transparência da instituição.

70. O design editorial é a arte de organizar o conteúdo visualmente. Ele guia o leitor, tornando a leitura agradável e eficiente. Isso envolve escolhas estéticas, criando uma experiência de leitura fluida e esteticamente agradável. São os quatro principais itens a serem observados:

- (A) hierarquia visual, imagens, ilustrações e gráficos.
- (B) hierarquia visual, alinhamento, proximidade e contraste.
- (C) foco, matérias, fotos e contrastes.
- (D) demografia, interesses, necessidades e leitura.
- (E) alinhamento, corpo, texto e conclusão.

QUESTÕES DISCURSIVAS

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto de cada questão deverá conter a extensão máxima de **20 (vinte)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para a avaliação da questão discursiva.
- As questões discursivas poderão abordar quaisquer conteúdos constantes do programa de conhecimentos específicos dispostos no Anexo II do Edital.

Questão 1

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) considera que o jornalismo é um espaço do campo público, que cumpre um papel social, e por ele são transferidas informações com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, de interesse coletivo. As informações jornalísticas devem ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente, aferindo e difundindo acontecimentos. As informações devem ser contextualizadas e apresentadas em linguagem clara, precisa e objetiva, permitindo ao leitor a elucidação e esclarecimento de seus significados, de suas causas e de seus efeitos na sociedade. E, dessa forma, oferecem aos indivíduos e sujeitos sociais melhores condições para agir e tomar decisões, transformando a realidade em benefício dos interesses coletivos.

Considerando o texto acima e com fundamento no compromisso com a verdade factual, o interesse público e a responsabilidade social, pilares da democracia, redija um texto dissertativo, respondendo aos questionamentos a seguir:

- a) Descreva e comente os cinco princípios que norteiam o foco essencial do jornalismo da EBC;
- b) Os valores, objetivos e diretrizes da EBC ultrapassam a uma dezena. Descreva o papel do jornalismo na educação, na pluralidade, no discernimento, no regionalismo, na inclusão, na inovação e na família;
- c) Na sua relação com a sociedade, o jornalismo da EBC se submete ao interesse público e mantém viva duas linhas de interação. Descreva e comente as duas linhas;
- d) À luz dos seus princípios e em cumprimento da legislação brasileira, o jornalismo da EBC considera que o âmbito da vida privada se refere basicamente a oito hipóteses. Descreva-as comentando as limitações do direito à privacidade, estabelecidas em lei.

Questão 2

O estudo voltado ao desenvolvimento e à aplicação das teorias em Comunicação Social abrange os aspectos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos. Tais estudos se desenvolveram a partir do início do uso da Comunicação de Massa pelas políticas totalitárias da Europa no período entreguerras (1918-1939). A Teoria Hipodérmica, a primeira das teorias, tratava toda a massa de indivíduos de forma idêntica, supondo que a informação atingisse a todos da mesma maneira e sem resistência. Considerando o texto acima, em que foi apresentada uma teoria simples, elabore um texto dissertativo, respondendo aos itens a seguir:

- a) Se a questão dos comportamentos e as reações humanas é definida pela estrutura biológica dos homens, o que seria um comportamento da espécie?
- b) Essa visão fundamenta os dois pressupostos articulados pela teoria da agulha hipodérmica. Cite-os e comente.
- c) Ao longo da década de 1940, as pesquisas empreendidas apontaram que o alcance dos meios enfrenta uma série de limites. Comente o que as pesquisas revelaram.
- d) Este modelo de teoria revelou-se superficial para compreender os verdadeiros efeitos da Comunicação sobre a sociedade, pois foi percebido que a qualidade do que era difundido tinha ligação direta com os efeitos causados no receptor. Surge, então, o modelo de Lasswell, baseado na Teoria Hipodérmica. Cite e comente as cinco questões que visam a compreensão da mensagem midiática do novo modelo.

RASCUNHO - QUESTÃO 1

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO - QUESTÃO 2

1	
5	
10	
15	
20	

